

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA SUSTENTABILIDADE: MANEJO DO LIXO HOSPITALAR

Suzana Patrícia dos Santos

Gloria Maria Nunes

Stephanie F. Joaquim

Silvana Tomazoni

Thayna Cristina França

Thays G. L. Pereira Corrêa

RESUMO: As Políticas Públicas abrangem todos os cidadãos de forma ampla, visando seu bem estar bio-psico-social. Em síntese, são um conjunto de programas ou atividades que na maioria das vezes são desenvolvidas pelo Estado e buscam assegurar direitos específicos de cidadania. As Políticas Públicas voltadas para a área da saúde são desenvolvidas, neste caso, pelo Ministério da Saúde. Nesta perspectiva, enfatizam-se as Políticas Públicas voltadas para o manejo do lixo hospitalar que pretendem garantir a execução da Constituição Federativa do Brasil de 1988, que em seu artigo 225 assegura que todos os cidadãos tem direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, tendo o dever de preservá-lo para as futuras gerações. Como forma de contribuir para a preservação do ecossistema, criou-se em 2010, a Lei 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que tem como objetivo garantir a destinação correta de todo resíduo sólido descartado, englobando os resíduos hospitalares que são caracterizados por forte potencial de contaminação e proliferação de doenças. Vê-se, pois, a necessidade do manejo adequado para tais resíduos, desde o descarte inicial nas lixeiras dos hospitais até a sua destinação final, sem que haja contaminação do ambiente ou de pessoas. No entanto, os resíduos hospitalares, segundo a **RDC ANVISA nº306/04** e a Resolução CONAMA no 358/2005, são ditos como específicos e amplos, não se limitando apenas aos resíduos produzidos pelas unidades de serviços de saúde, estando classificados em grupos de acordo com sua origem. Embora os resíduos de saúde representem uma pequena quantidade dos resíduos sólidos totais produzidos, merecem atenção diferenciada, pois podem conter desde microrganismos vivos até resíduos provenientes da medicina nuclear. Os microrganismos presentes nesses resíduos podem sobreviver por tempo considerável afetando diretamente os catadores, que sem proteção se tornam suscetíveis a adquirem e se tornarem transmissores dessas doenças. Os riscos do descarte inadequado dos resíduos sólidos de saúde, são muitos e é notório a necessidade de uma maior fiscalização e políticas públicas que garantam o destino correto desses materiais, juntamente com a atuação dos profissionais de saúde que lidam diariamente com esses resíduos e devem estar atentos para a sua correta separação, haja vista que a qualidade de vida está intrinsecamente ligada com a qualidade do meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Lixo Hospitalar. Descarte. Meio Ambiente.